

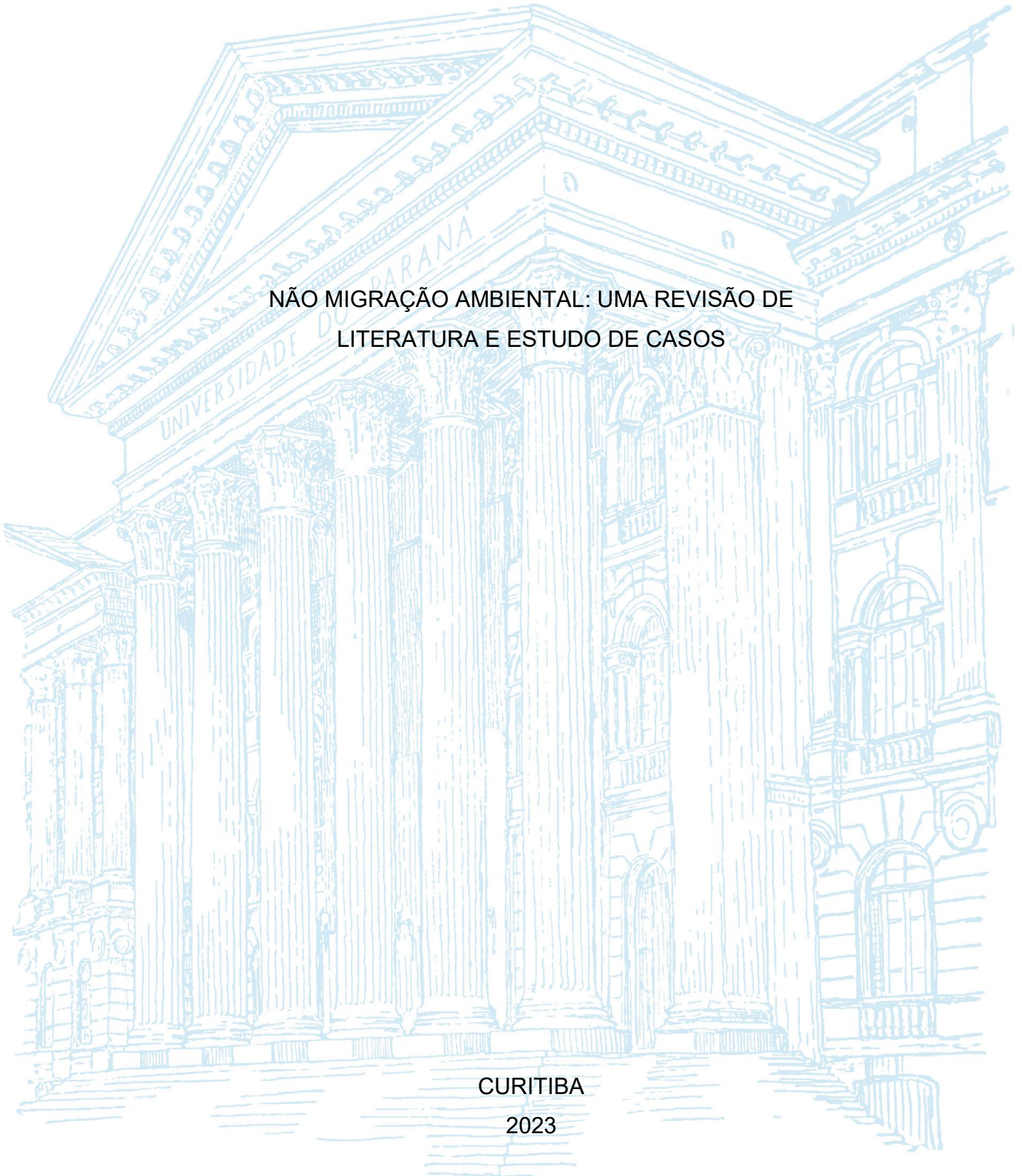
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS DE MEDEIROS PINTO

NÃO MIGRAÇÃO AMBIENTAL: UMA REVISÃO DE
LITERATURA E ESTUDO DE CASOS

CURITIBA

2023



LUCAS DE MEDEIROS PINTO

NÃO MIGRAÇÃO AMBIENTAL: UMA REVISÃO DE
LITERATURA E ESTUDO DE CASOS

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Guimarães

CURITIBA

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe e aos meus avós por todo o suporte prestado ao longo desta jornada acadêmica, além do apoio incondicional em momentos de dificuldade.

Agradeço também aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o tempo em que me dediquei a este trabalho.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram melhorar meu desempenho no processo de formação acadêmica ao longo do curso.

Por fim, à minha orientadora, professora Raquel Guimarães, pela orientação dedicada, sempre fornecendo um pouco de sua ampla experiência nas recomendações durante a confecção deste trabalho.

“Quanto mais aumenta nosso conhecimento,
mais evidente fica nossa ignorância.”

(John F. Kennedy)

RESUMO

A não migração ambiental é um tema que vem ganhando espaço no meio acadêmico nas últimas décadas. Por muito tempo, esse fenômeno foi negligenciado por ser analisado sob a ótica da teoria neoclássica. No entanto, por conta das crescentes mudanças climáticas vivenciadas no mundo, a literatura sobre o assunto ficou mais rica. A decisão por permanecer em um local com ameaças ambientais se dá em um ambiente de decisão complexo. Por ser um fenômeno multifacetado, a não migração ambiental pode ser considerada multidisciplinar, reunindo teorias e definições de diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, a escolha é influenciada por determinantes como: apego ao local de origem, laços familiares, conexões sociais, redes de apoio, infraestrutura local, condições econômicas, aparato legal etc. O processo de decisão é influenciado por fatores socioeconômicos e políticos, bem como por fatores subjetivos, como a percepção do risco e a avaliação sobre a capacidade adaptativa dos indivíduos. A análise dos diversos fatores que influenciam a decisão por não migrar, explorando de maneira mais focada os fatores econômicos associados ao fenômeno é o objetivo geral desta monografia. Para analisar o fenômeno de maneira completa, foi necessário realizar uma revisão sobre a vasta literatura sobre migração. Analisar de forma cronológica o desenvolvimento das teorias sobre a migração foi necessário para entender os modelos decisórios empregados nos estudos de caso. Após a revisão de literatura, foi realizada uma análise dos estudos de caso e seus principais resultados, realçando os fatores econômicos que influenciaram a decisão por não migrar. As regiões escolhidas foram aquelas com relativo aumento de eventos climáticos extremos ou contínuos nas últimas décadas (Oeste Africano e Bangladesh). Em seguida, reuniram-se *insights* sobre políticas públicas e a importância delas no contexto da não migração ambiental, que vem sendo sistematicamente negligenciada pelos formuladores de políticas públicas.

Palavras-chave: Resiliência dos meios de subsistência. Desenvolvimento socioeconômico. Teorias de migração.

ABSTRACT

Non-environmental migration is a topic that has been gaining ground in academic circles in recent decades. For a long time, this phenomenon was overlooked because it was analyzed from the perspective of neoclassical theory. However, due to the increasing climate changes experienced worldwide, the literature on the subject has become more extensive. The decision to remain in a location with environmental threats occurs in a complex decision-making environment. Being a multifaceted phenomenon, non-environmental migration can be considered multidisciplinary, bringing together theories and definitions from various fields of knowledge. In this regard, the choice is influenced by determinants such as attachment to the place of origin, family ties, social connections, support networks, local infrastructure, economic conditions, legal framework, and more. The decision-making process is influenced by socioeconomic and political factors as well as subjective factors, such as risk perception and the assessment of individuals' adaptive capacity. The analysis of the various factors that influence the decision not to migrate, exploring in a more focused way the economic factors associated with the phenomenon is the general objective of this study. To comprehensively analyze the phenomenon, it was necessary to conduct a review of the extensive literature on migration. Examining the chronological development of migration theories was necessary to understand the decision-making models employed in case studies. Following the literature review, an analysis of case studies and their main findings was carried out, highlighting the economic factors that influenced the decision not to migrate. The selected regions were those with a relative increase in extreme or continuous climatic events in recent decades (West Africa and Bangladesh). Next, insights on public policies and their importance in the context of non-environmental migration were gathered, as this aspect has been systematically overlooked by policymakers.

Keywords: Livelihood resilience. Socioeconomic development. Migration theories.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa tipológico das migrações	20
FIGURA 2 - Possíveis cenários de migração	27
FIGURA 3 - Esquema analítico para a avaliação de decisões por não migrar	30
FIGURA 4 - Decisão por não migrar no contexto de mudanças ambientais	35
FIGURA 5 - Área de estudo demonstrando proximidade com a floresta de manguezais de Sundarbans, rios e o Golfo de Bengala	38

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ENM	Environmental Non Migration
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IDMC	Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno
IRR	Confiabilidade entre Avaliadores
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PMT	Teoria da Motivação para a Proteção
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNDESA	Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA	12
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
1.3 METODOLOGIA.....	15
1.3.1 Revisão bibliográfica e documental	15
2 REVISÃO CONCEITUAL	17
2.1 TIPOLOGIA DAS MIGRAÇÕES	18
2.2 TEORIA CLÁSSICA	21
2.3 TEORIA NEOCLÁSSICA E O MODELO <i>PUSH-PULL</i>	23
2.4 MODELO DE CAPACIDADE E ASPIRAÇÃO POR MIGRAR	25
2.5 VISÕES SOBRE NÃO MIGRAÇÃO AMBIENTAL	27
2.5.1 Resiliência dos meios de subsistência	28
3 ESTUDO DE CASOS	34
3.1 UMA ANÁLISE DOS IMPULSIONADORES DAS DECISÕES AMBIENTAIS NÃO MIGRATÓRIAS NA ÁFRICA	34
3.2 EM PERIGO: DECISÕES DE NÃO MIGRAÇÃO DE PESSOAS EM RISCO DE AMEAÇAS COSTEIRAS DE DESENVOLVIMENTO LENTO EM BANGLADESH....	37
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA NÃO MIGRAÇÃO AMBIENTAL ...	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Em geral, as pessoas buscam uma vida confortável considerando os recursos disponíveis. A subsistência pode ser entendida como o gerenciamento para sustentar a vida (MALLICK *et al.*, 2020). Esse termo possui relação com as capacidades, bens e capitais e atividades necessárias para a sobrevivência (CHAMBERS; CONWAY, 1992; SERRAT, 2017).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2009, p. 25), “a subsistência é sustentável quando pode lidar e se recuperar de qualquer situação adversa e choques repentinos, como desastres, e manter ou melhorar suas capacidades e ativos tanto agora quanto no futuro sem comprometer a base de recursos naturais”. Diversas estratégias podem ser adotadas para melhorar ou manter a subsistência, como o desenvolvimento de habilidades, educação, investimento em capital, ou fortalecimento das ligações políticas (MALLICK *et al.*, 2020).

A migração também é uma estratégia adaptativa possível num cenário de situações adversas. Esse fenômeno é normalmente entendido como um recurso para a redução de riscos (ADGER *et al.*, 2021; BLACK *et al.*, 2011; HUNTER *et al.*, 2015), seja por meio do deslocamento para uma área mais habitável, no contexto de desastres naturais ou mudanças climáticas, seja para uma área com mais possibilidades econômicas.

Segundo estudos sobre o tema, pessoas mais ricas também migram por oportunidades econômicas (MALLICK *et al.*, 2020). Nesse sentido, não só o vetor ambiental influencia o deslocamento, mas também fatores econômicos explicam a migração (BLACK *et al.*, 2011; CALL *et al.*, 2017; CHEN; MUELLER, 2018; HUNTER; LUNA; NORTON, 2015; PIGUET, 2018). Nesses estudos, a migração é entendida como uma decisão complexa e ligada a muitos fatores econômicos, sociais, ambientais e políticos (MALLICK *et al.*, 2020). O deslocamento pode ser permanente ou temporário. Além disso, a migração pode ser voluntária ou obrigatória.

No contexto ambiental, territórios que passam por algum estresse ambiental ou que são atingidos por desastres dessa natureza, demandam políticas de realocação ou de adaptação a esses fenômenos. De acordo com um relatório global sobre migração, publicado pelo *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC,

2022), apenas em 2021, cerca de 23,7 milhões de pessoas foram deslocadas devido a desastres, sendo que 22,3 milhões migraram devido a desastres climáticos.

No entanto, a maior parte da população dos locais afetados por perigos ambientais prefere permanecer, apesar dos riscos iminentes. Nesse sentido, além da migração, existem outras formas de estratégias adaptativas para lidar com perigos ambientais resultantes de mudanças climáticas repentinas ou em curso. Uma dessas formas de estratégia adaptativa é a não migração (BLONDIN, 2021; MALLICK *et al.*, 2020; PEMBERTON *et al.*, 2021), na qual o indivíduo permanece no local, a despeito de seus riscos.

Apesar de ser um tópico relativamente pouco explorado, é importante reconhecer que a estratégia de não migrar é um reflexo importante em face dos perigos ambientais. Dentre aqueles que permanecem em locais com perigos ambientais iminentes, encontram-se aqueles que possuem recursos socioeconômicos para realizar a migração, mas preferem ficar no local (voluntários) e aqueles que não possuem recursos suficientes para migrar (involuntários). Os não migrantes voluntários possuem a capacidade de ficar e a vontade de ficar. Já os involuntários são aqueles que não possuem a capacidade de migrar. As razões para a permanência, principalmente do primeiro grupo, são diversas e serão exploradas neste trabalho. O segundo grupo, não menos importante, também será abordado durante a produção desta monografia.

Os não migrantes ambientais, segundo os pesquisadores do tema, são negligenciados pelos *policymakers* internacionais. Isso acontece, segundo Mallick *et al.* (2020), devido à dificuldade de entendimento por conta do desafio empírico que o fenômeno apresenta. Os autores utilizam como exemplo uma conferência internacional realizada em Paris (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2018) para enfatizar a ausência dos não migrantes voluntários na estrutura da conferência. Em Naser *et al.* (2023) fica evidente a existência de uma lacuna nas abordagens políticas para o fenômeno da não migração ambiental. Alguns estudos enfatizam o fracasso de políticas de realocação em face dos perigos ambientais (FERNANDO; WARNER; BIRKMANN, 2010; WIEGEL *et al.*, 2021).

O fenômeno da não migração é complexo e multifacetado (WIEGEL *et al.*, 2021). A decisão pela não migração possui diversas motivações, as quais podem ser objetivas ou subjetivas. Dentro das motivações objetivas, destacam-se aquelas ligadas aos aspectos socioeconômicos, como a facilidade de acesso a recursos,

presença de instituições de apoio, dentre outros. Já as motivações subjetivas estão ligadas a aspectos como religião e cultura. Por conta disso, há diversos métodos possíveis para se estudar o fenômeno (MALLICK *et al.*, 2023).

Por possuir diversas óticas, há uma variedade grande de abordagens para o estudo da não migração ambiental. Alguns pesquisadores empregam o conceito de resiliência para investigar aquelas comunidades que permanecem em seus locais mesmo após ameaças ou degradações ambientais relevantes (MALLICK; PRIVASHINI; SCHANZE, 2023). Estudos como o de Sengupta e Samanta (2022) mostram que a migração circular é relevante na explicação da não migração, já que aqueles que migram enviam remessas para seus familiares e relacionados no local de origem. Já Furlong *et al.* (2022) contribuem para a discussão da não migração dando enfoque aos aspectos relacionados ao gênero dos indivíduos e como essa variável contribui significativamente na escolha pela não migração, principalmente para as mulheres.

Assim sendo, o estudo que busque entender as motivações e os principais fatores influentes na decisão pela a não-migração ambiental deve contemplar em seu arcabouço analítico não apenas as diversas teorias e modelos sobre a (não) migração, mas também dados obtidos por meio da pesquisa empírica. Nesse sentido, o trabalho visa aliar o aspecto teórico do fenômeno com a sua aplicabilidade no mundo real, a fim de obter resultados que revelem os principais impulsionadores da não migração em um contexto de perturbação dos meios de subsistência. Além disso, é realizada análise sobre as melhores práticas para o desenvolvimento de políticas públicas aplicáveis ao fenômeno.

1.1 JUSTIFICATIVA

A migração ambiental está correlacionada com o crescimento dos perigos ambientais nas últimas três décadas, frequentemente forçando a movimentação das populações afetadas para novos locais (IDEMUDIA; BOEHNKE, 2020). Pesquisas sobre o tema sugerem que a ocorrência de eventos climáticos extremos está contribuindo para a evolução na migração (UNDESA, 2016, 2017). Segundo o Programa Ambiental das Nações Unidas (PNUMA, 2015), cerca de 50 milhões de pessoas foram deslocadas em 2010 devido a questões ambientais. Além disso,

segundo estimativas desse mesmo órgão, até 2050 haverá mais de 700 milhões de migrantes ambientais. Segundo pesquisas, o continente Africano será o mais afetado nesse sentido (BLACK *et al.*, 2011; BORDERON *et al.*, 2019).

Apesar de a migração ser uma importante estratégia adaptativa no enfrentamento de mudanças climáticas repentinas ou em curso, a não migração ambiental é uma estratégia que não pode ser desprezada. A não migração ocorre quando os habitantes de uma área atingida por mudanças climáticas relevantes decidem permanecer a despeito dos riscos apresentados pelo local, como a ocorrência de enchentes, secas, maremotos e terremotos (MALLICK, 2023).

Inicialmente, a literatura sobre o tema defendeu por muito tempo que os não migrantes ambientais eram populações “presas”, por não possuírem os recursos necessários para migrar (WIEGEL *et al.*, 2021), e dentre esses destacam-se aqueles relacionados a aspectos econômicos, sociais e políticos. No entanto, ficou claro posteriormente que a não migração nem sempre é involuntária, e que algumas populações decidem permanecer mesmo quando os perigos ambientais são iminentes (ADAMS, 2016; MALLICK; SCHANZE, 2020). A não migração, portanto, não pode ser considerada apenas imobilidade (BALGAH; KIMENGI, 2022).

A migração recebe muita atenção por parte das autoridades políticas. Por outro lado, a não migração acaba por não receber a devida atenção dessas autoridades, mesmo sendo o comportamento mais persistente entre os indivíduos afetados por desastres naturais. De acordo com a Organização Internacional para Migração (OIM, 2018), entre 2008 e 2016, cerca de 85% dos indivíduos residentes em lugares com ameaças ambientais não se realocaram. Além disso, a migração internacional e doméstica, juntas, compreendem cerca de 16% da população mundial (RIGAUD *et al.*, 2018). Portanto, é necessário examinar os fatores que estimulam a não migração ambiental, com a finalidade de criar políticas direcionadas às populações que permanecem no local, apesar de suas vulnerabilidades.

Por se tratar de uma área de pesquisa relativamente nova, entender todos os motivos que incentivam a não migração é uma tarefa desafiadora. No entanto, estudos de caso sobre o tema revelam resultados interessantes acerca das motivações dessas populações. A não migração é um fenômeno multifacetado, dependente de muitas variáveis. Citam-se, nesse sentido, alguns fatores que influenciam essa escolha, como instituições, vínculo entre os indivíduos, cultura, segurança, entre outros. É evidente que a condição socioeconômica dessas

populações desempenha um papel fundamental na decisão pela não migração. Além disso, os fatores ambientais são preponderantes na escolha por permanecer em algumas comunidades, haja vista que a ocorrência desses eventos extremos fortalece a capacidade de enfrentamento da população (MALLICK *et al.*, 2021).

Ao avaliar o aspecto econômico da não migração, fica evidente que há uma inter-relação entre migração ambiental e não migração ambiental. Estudos revelam, por exemplo, que muitas famílias optam pela não migração por possuírem membros que migraram em busca de melhores condições econômicas, os quais enviam remessas para a manutenção dos residentes (STARK; BLOOM, 1985). No entanto, há também populações “presas”, as quais possuem o desejo de migrar, no entanto, não possuem recursos para tal. Dessa forma, o aspecto econômico dessas populações desempenha uma função relevante na decisão por não migrar.

Apesar de se tratar de um fenômeno complexo e muitas vezes subjetivo, o estudo da não migração ambiental se revela importante e necessário, haja vista que o entendimento dos aspectos que levam a essa decisão é de suma importância para a produção de políticas particularizadas para o atendimento a essas populações que permanecem em locais vulneráveis. O conceito de não migração ambiental ou *environmental non-migration* (ENM) é relativamente novo. Por conta disso, existe pouca pesquisa sistemática para explicar mecanismos causais da não migração e ferramentas para lidar com a escolha de não migrar. Nesse sentido, justifica-se uma pesquisa de literatura sobre o tema.

Sendo assim, para entender as motivações dos indivíduos que optam por permanecer em locais que sofrem ameaças ambientais, questiona-se: quais são as razões pelas quais os indivíduos escolhem permanecer em ambientes possivelmente hostis para a sua sobrevivência?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é analisar as diversas abordagens empregadas nos estudos sobre o fenômeno da não migração ambiental, os aspectos

socioeconômicos que influenciam na escolha por não migrar e hierarquizar os principais fatores que levam os indivíduos a permanecer em ambientes desfavoráveis a sua sobrevivência. Parte-se da hipótese de que aspectos socioeconômicos desempenham um papel relevante nesta escolha.

1.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos:

- a) explorar os estudos referentes ao conceito da não migração ambiental;
- b) analisar os fatores econômicos e sociais associados à não migração ambiental.
- c) selecionar artigos sobre a não migração ambiental em locais que possuem propensão e recorrência de eventos climáticos extremos.

1.3 METODOLOGIA

1.3.1 Revisão bibliográfica e documental

A metodologia utilizada nesta monografia consistiu em pesquisa bibliográfica e documental. Sendo assim, a fim de atingir os objetivos propostos por este trabalho, identificaram-se estudos relacionados à migração e seu impacto no desenvolvimento econômico em livros e artigos acadêmicos, além de plataformas de conteúdos relacionados ao tema deste estudo.

Esta pesquisa ocorrerá de forma explicativa, isto é, as ideias de diferentes autores serão conectadas com o objetivo de expor as causas e os resultados dos fenômenos analisados por esta revisão literária.

Os tópicos estudados serão apresentados e analisados através de citações e demais pontos de vista dos autores estudados, como forma de buscar responder às indagações sobre como os diversos fatores influenciam a não migração ambiental.

Essa monografia está dividida da seguinte forma, além desta introdução. No capítulo 2, tem-se a revisão conceitual sobre o tema, na qual se destaca a presença de diversas perspectivas sobre migração e não migração ambiental. O capítulo 3 é dedicado ao estudo de casos selecionados, incluindo o estudo sobre as políticas públicas aplicáveis ao contexto do fenômeno apresentado. A conclusão encerra este

estudo mostrando as principais limitações da pesquisa, e, por último, os autores consultados neste estudo.

2 REVISÃO CONCEITUAL

É importante, a fim de não gerar confusão entre os conceitos, diferenciar a migração ambiental da não migração ambiental. A não migração ambiental define as situações nas quais os residentes não se deslocam, apesar da ocorrência de eventos ambientais estressantes, como enchentes, secas e terremotos (FORESIGHT, 2011b; RENAUD *et al.*, 2007).

De acordo com a OIM (2018), migrante ambiental é o indivíduo que, principalmente devido a uma mudança ambiental repentina ou em curso que afeta suas condições de sobrevivência, deixa seu local habitual de residência voluntariamente ou porque não há opção restante. Portanto, a migração ambiental é um esforço para enfrentar desafios ambientais e/ou escapar de ameaças ambientais (BISWAS; MALLICK, 2021). Ainda assim, nem todas as pessoas afetadas por perigos ambientais extremos optam por migrar quando algum evento desta natureza ocorre (BUCHENRIEDER *et al.*, 2017).

Inicialmente, o conceito de não migração ambiental era analisado majoritariamente sob a perspectiva de que os indivíduos que optavam por não se deslocar estavam “encurralados” por conta da ausência de recursos para realizar a migração (WIEGEL *et al.*, 2021). No entanto, ficou claro que a opção por não migrar nem sempre era involuntária, e que algumas populações preferem ficar em seus locais, mesmo quando efeitos ambientais negativos são iminentes (MALLICK; SCHANZE, 2020). Essa constatação gerou a necessidade de ampliar o escopo de pesquisa sobre a migração, com o intuito de incluir as populações que não migram voluntariamente.

O conceito de populações “presas” descreve a incapacidade de migrar de regiões propensas a perigos ambientais, como consequência de aptidão e recursos insuficientes para tal (FORESIGHT, 2011a). Conforme essa perspectiva, a noção de populações presas reconhece a existência de interações humano-ambiente complexas que possuem o potencial de aprisionar as populações mais pobres e crescentemente vulneráveis a eventos ambientais, e, ainda assim, menos aptas a escaparem desses eventos (FORESIGHT, 2011a).

Por que populações permanecem em locais perigosos deliberadamente? Alguns pesquisadores consideram essas populações “encurraladas” por conta de

sua vulnerabilidade social e financeira, principalmente, e capacidade limitada de fugir de ameaças (AYEB-KARLSSON *et al.*, 2018).

Em contrapartida, segundo Balgah e Kimengsi (2022, p. 4),

céticos vão além dessas generalizações, ao opinar que a abundância de motivadores da não migração transcende ganhos econômicos ou capacidades herdadas, incluindo fatores subjetivos, sociocognitivos, e endógenos como percepção de risco, ligação com o local, assimetria de informação, e redes de segurança informais construídas na comunidade.

Além disso, ser “deixado para trás” num contexto de migração, pode ser uma decisão deliberada com a intenção de facilitar a migração de outro indivíduo da comunidade/família. Com isso, o indivíduo que permanece no local pode se dedicar a certas atividades, como o cuidado com outros membros da família (JÓNSSON, 2010). Grande parte da literatura sobre a não migração enfatiza que o apego ao local de origem é uma razão crítica na decisão de não migrar (ADAMS, 2016; HAMILTON *et al.*, 2016).

Para se ter uma noção melhor do conceito de não migração é necessário entender, primeiro, o desenvolvimento conceitual do tema. Para tanto, o estudo da evolução conceitual de migração é imprescindível. Por conta de sua introdução relativamente recente no escopo dos estudos sobre as diversas formas de estratégias adaptativas adotadas pelas populações em perigo, não temos uma literatura vasta que versa sobre a não migração. No entanto, é possível obter insumos interessantes para análise da não migração ao entender melhor a migração e como sua definição se desenvolveu ao longo do tempo.

2.1 TIPOLOGIA DAS MIGRAÇÕES

Ao realizar a tarefa de estudar o conceito de migração, fica evidente a diferença entre os tipos de migrantes. A complexidade sobre o tema implica na exigência de simplificação do fenômeno por meio da segmentação em diferentes classes conforme suas características mais perceptíveis. Um dos primeiros autores a realizar essa segmentação foi William Petersen (1968).

Primeiramente, Petersen (1968) discorda da ideia de que o ser humano é intrinsecamente sedentário, que era defendida por outros autores da época. Essa ideia implicava na necessidade de o evento causador da migração ser muito poderoso para conseguir deslocar a população em questão.

A segmentação ou tipologia feita por Petersen contempla dois eixos. O primeiro diz respeito às forças que determinam a propensão para migrar, especificamente as políticas migratórias, pressão ecológica, aspirações individuais e o contexto social do indivíduo. Já o segundo relaciona-se com a disposição de o indivíduo migrar. Por exemplo, o indivíduo pode ser conservador ao permanecer e manter as condições de vida atuais, ou ser inovador ao buscar por melhoria ao realizar a migração. Ao realizar a junção desses dois eixos, o autor sugere cinco tipologias de migração: primitiva, forçada, impelida, livre e massiva.

A primeira tipologia é relativa às condições ecológicas. A segunda, é referente à determinação pelo Estado ou outra instituição social de *enforcement*. A terceira é aquela na qual os indivíduos possuem, mesmo que parcialmente, a faculdade de decidir sobre migrar ou não. A quarta corresponde ao ato voluntário de migrar, restrita à dimensão do indivíduo. Já a última é referente ao ato de migrar voluntariamente por um conjunto de indivíduos (populações, comunidades etc.).

O fenômeno da migração se desenvolveu de maneira considerável desde a tipologia feita por Petersen. De acordo com Nolasco (2016, p. 7),

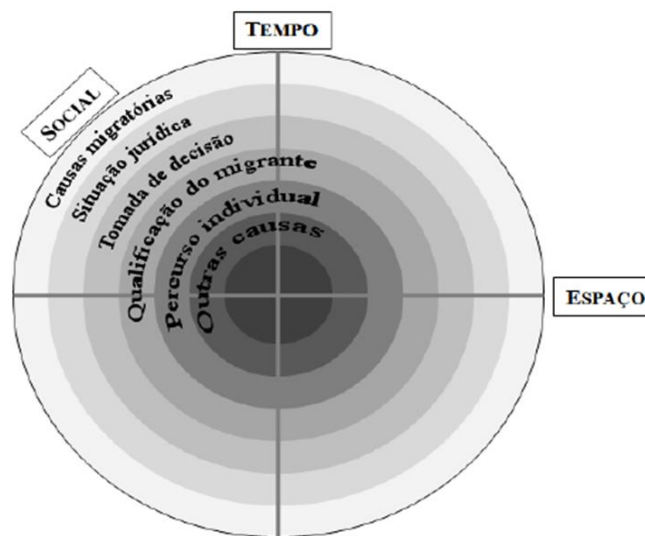
[...] o fenômeno migratório evoluiu de múltiplas formas, adquiriu novas facetas, novas motivações, outros enquadramentos legais, cresceu em complexidade e amplitude, abarcou outras áreas geográficas, pelo que novas tipologias foram sendo concebidas.

Ao analisar os estudos que visam a conceber a tipologia das migrações, seja por meio de abstrações ou baseados em estudos empíricos, fica evidente que estes possuem características em comum. Peixoto (1998) compilou essas características referentes ao processo de categorização do fenômenos, sendo elas: a) tipos de limites territoriais; b) duração do movimento; c) grau de voluntariedade da migração; d) motivações laborais, políticas, ambientais, entre outras; e) condição perante o trabalho; f) tipo de atividade econômica desempenhada; g) situação na profissão do

migrante; h) nível de instrução ou qualificação profissional; i) legalidade ou ilegalidade do migrante; j) lugar da migração no percurso individual.

Nolasco (2016) fez um diagrama com o propósito de compilar e representar graficamente a multidimensionalidade do fenômeno da migração:

FIGURA 1 - Mapa tipológico das migrações



Fonte: Nolasco (2016, p. 8).

De acordo com o autor, o cruzamento das variáveis espaço e tempo com várias camadas da espessura social é que dá origem aos diversos tipos de migração. Em relação à dimensão espacial, caso a migração ultrapasse os limites administrativos e territoriais dos países, trata-se de migração internacional. Já no que tange à dimensão tempo, caso o migrante se encontre em uma situação transitória, trata-se de uma migração temporária. Nolasco (2016) defende que a maior parte das causas migratórias estão relacionadas a migrações laborais e de refugiados, sem prejuízo aos demais motivos (familiares, estudos, ecológicos etc.). Os demais extratos da Figura 1 já foram supracitados.

É importante alertar que os migrantes podem não atender a apenas um “critério” da tipologia das migrações, haja vista a multidimensionalidade do fenômeno. Nolasco (2016) evidencia a dificuldade na definição de uma teoria que satisfaça a todas as variantes desse fenômeno:

O exercício de definição de migrações, ou de construção de tipologias, revela-se algo inglório na medida em que a realidade, em virtude da diversidade de movimentos migratórios, ultrapassa as conceptualizações que sobre ela são elaboradas. (NOLASCO, 2016, p. 10).

A fim de explorar melhor a diversidade de definições que cerca o conceito da migração, torna-se necessário investigar o desenvolvimento do conceito a partir das teorias clássica e neoclássica, as quais fornecem elementos importantes para um melhor entendimento da complexidade do fenômeno.

2.2 TEORIA CLÁSSICA

Autores clássicos podem pertencer a diferentes períodos da história. Suas contribuições são fundamentais para entendermos a evolução do pensamento humano e as bases de muitos conceitos e ideias contemporâneas. Por habitar em diversas áreas do conhecimento, o conceito de migração foi explorado por diferentes autores ditos clássicos (FERREIRA; CARDIN, 2020).

Apesar de configurar um fenômeno relevante no contexto internacional no século XIX, a migração não foi explorada de forma relevante pelos autores (clássicos) da época. Assim, a migração foi interpretada como um fenômeno natural do processo de desenvolvimento do capitalismo, da urbanização e da industrialização (NOLASCO, 2016).

Karl Marx indiretamente sugere que a migração responde à lógica de acumulação capitalista, na qual a existência de mão de obra flexível é necessária para atender às demandas dos ciclos de produção. Segundo o autor (1989), a racionalização do modelo capitalista originou a camada de trabalhadores agrícolas sem-terra, os quais se tornaram suscetíveis à mobilização de acordo com o interesse do capital. Nesse sentido, essa nova camada também propiciou o deslocamento entre setores da economia, com os operários agrícolas se tornando operários industriais mais à frente. Marx não transpôs esse pensamento para o contexto internacional.

Émile Durkheim, em sua obra *A divisão do trabalho social*, faz algumas referências à migração. A menção inicial é a de que os movimentos sociais são diretamente responsáveis pelo crescimento das cidades, sendo assim também responsáveis pela divisão do trabalho (DURKHEIM, 1991, p. 82). A outra alusão é que há o início de novas formas de relacionamento dos indivíduos que optam por migrar, havendo a transição entre sociedades tradicionais de solidariedade mecânica para as modernas sociedades de solidariedade orgânica, com maior nível de impessoalidade.

A escassez de exploração sobre o tema pelos autores ditos clássicos se dá por conta da interpretação da sociedade realizada por estes. Ao realizar interpretações que privilegiam o caráter coletivo das escolhas dos indivíduos, inclusive a por migrar, os autores limitam a objetividade do fenômeno. Em contraposição a essa perspectiva, o início do desenvolvimento dos estudos sobre migração privilegia um indivíduo racional, que é livre de constrangimentos sociais e capaz de tomar decisões racionais e autônomas (NOLASCO, 2016).

Nesse contexto, Ernest George Ravenstein (1885) surge como um precursor dos estudos sobre a migração. É considerado, ainda, o primeiro e único autor clássico sobre o tema. Ravenstein buscou, por meio da compilação de dados empíricos, criar certas leis que explicassem o fenômeno da migração. As sete leis elaboradas pelo autor são as seguintes: 1) a maior parte dos migrantes percorre uma curta distância, dirigindo-se de preferência para os centros de comércio e da indústria; 2) o processo de atração para uma cidade em rápido crescimento inicia-se pelas suas zonas circundantes, e progressivamente estende-se para lugares mais remotos; 3) o processo de dispersão é o inverso do de atração; 4) cada corrente principal de migração produz uma contracorrente compensadora; 5) os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio e da indústria; 6) as pessoas das cidades migram menos que as das zonas rurais do país; 7) as mulheres são mais migratórias que os homens (RAVENSTEIN, 1885, p. 198-199).

Ravenstein (1885) foi importante à medida que criou processos e metodologias úteis para o estudo da migração, que depois foram aperfeiçoados. Além disso, o autor se esforçou para classificar os diferentes tipos de migração, que é uma atividade em constante aprimoramento. O autor ainda destacou que o processo migratório decorre majoritariamente devido a fatores econômicos. O modelo criado por Ravenstein dominou por muito tempo a interpretação sobre o fenômeno da migração.

A contribuição de Ravenstein para a análise da migração não ficou restrita somente a sua época. O modelo criado pelo autor foi explorado pela teoria econômica neoclássica no desenvolvimento de modelos aplicáveis ao fenômeno. A próxima subseção é dedicada ao estudo desta teoria e seus desdobramentos.

2.3 TEORIA NEOCLÁSSICA E O MODELO *PUSH-PULL*

A teoria econômica neoclássica é um dos pilares fundamentais da economia moderna, desenvolvida no final do século XIX e continuamente influente até os dias de hoje. Surgindo como uma reação e evolução em relação à teoria econômica clássica, a abordagem neoclássica introduziu conceitos e modelos que moldaram profundamente o estudo e a compreensão dos fenômenos econômicos (BLAUG, 1993).

A perspectiva econômica neoclássica defende que a decisão de migrar se trata de um cálculo racional que visa a maximizar a utilidade ou os benefícios esperados, ponderando os custos e benefícios da migração (TIEBOUT, 1956). Como exemplos que endossam essa visão, podem-se citar que locais que possuem salários mais altos experimentam uma entrada líquida positiva de migrantes, ao passo que locais com salários menores frequentemente sofrem de emigração (MELLANDER *et al.*, 2011).

O modelo mais conhecido desta linha de pensamento foi desenvolvido por Ravenstein, denominado *push-pull*. Este modelo é caracterizado pela presença de dois locais com patamares de desenvolvimento desiguais. O conceito de *push* é associado ao local de origem, o qual possui condições instáveis ou de baixa qualidade, “forçando” os indivíduos para fora do seu país de origem. Em contrapartida, a noção de *pull* está associada às condições favoráveis de vida presentes em outros países, o que gera incentivo para a migração. O modelo *push-pull* pode ser segmentado em dois fundamentos: a) a migração acontece em um mundo dividido em fronteiras nacionais, na qual os agentes que a realizam se autocontrolam; b) os diferentes países possuem características antagônicas. Nesse sentido, os altos salários no país que recebem migrantes (*pull*) atraem os habitantes do país de origem (*push*), os quais não auferem as mesmas vantagens no mercado de origem.

Como um adendo à visão neoclássica, Lee (1966) enunciou alguns fatores que possuem o potencial de evitar a migração. Lee denominou esses fatores de intervenientes, sendo eles: as leis nacionais migratórias, as fronteiras políticas, os custos das viagens, as barreiras físicas e a distância. Além desses fatores mais generalizados, o autor cita também fatores mais pessoais que influenciam na decisão por migrar, tais como: idade, gênero, classe social, educação etc.

O modelo supracitado possui diversos desenvolvimentos, sendo este o alicerce teórico para explicar o fenômeno da migração na visão neoclássica. De acordo com Nolasco (2016, p. 17),

herdando as leis migratórias de Ravenstein, e partindo do modelo *push-pull*, a teoria neoclássica interpreta as migrações desde um enfoque advindo da economia política, onde racionalismo, individualismo e liberalismo se constituem como uma tríade de princípios que concebe o homem como um ser livre e racional, capaz de optar entre distintas alternativas de forma a conseguir os melhores resultados com os menores custos.

Frequentemente, teóricos da microeconomia defendem que a decisão de migrar é individual, motivada pela possibilidade de maximizar ganhos pessoais (MASSEY *et al.*, 1993; TIEBOUT 1956). Em contrapartida, economistas que estudam as decisões domésticas, argumentam que a decisão por migrar (ou não migrar) leva em conta aspectos que vão além do indivíduo, como a família ou a comunidade (BAKEWELL; JONSSON, 2013). A racionalidade envolvida nos modelos neoclássicos justifica a opinião inicial de que as decisões por migrar são influenciadas por motivos econômicos (RAVESTEIN, 1889).

Apesar de sua relevância na literatura, a teoria neoclássica que versa sobre a migração é, muitas vezes, apontada como não adequada para explicar movimentos migratórios. Segundo Haas (2020, p. 1),

[...] Muito da análise sobre migração permanece implícita ou explicitamente baseado em modelos push-pull simplistas ou em pressupostos neoclássicos de maximização da renda individual (ou "utilidade"), apesar de sua manifesta incapacidade de explicar os padrões do mundo real e os processos de migração. [...].

A inabilidade da teoria neoclássica de explicar fenômenos migratórios no mundo real se estende para a análise da não migração. De acordo com Balgah e Kimengsi (2022, p. 7),

[...] apesar de sua atratividade, as teorias neoclássicas falharam em prover explicações para todas as decisões de migrar ou não. Por exemplo, apesar de riscos e sofrimentos econômicos iminentes, muitas pessoas voluntariamente permanecem em áreas afetadas por perigos ambientais.

Portanto, fica claro que a teoria neoclássica foi importante na introdução da análise da migração em um contexto de perturbações econômicas. No entanto, essa teoria não é adequada para explicar diversos fenômenos migratórios, como a não migração. Nesse sentido, torna-se necessário a inclusão de outros modelos que sejam mais apropriados para a análise do fenômeno migratório.

2.4 MODELO DE CAPACIDADE E ASPIRAÇÃO POR MIGRAR

O modelo que fornece uma base mais factível aos processos migratórios é relativamente recente. Esse modelo inclui a opção por permanecer no local, independente da intenção ou não de migrar. Ele é composto pelas capacidades e aspirações dos indivíduos, que no final resultam na decisão por migrar ou não.

Em um trabalho inovador para sua época, Carling publicou em 2002 um estudo sobre o papel das aspirações e capacidades nos processos migratórios. Nesse artigo, o autor introduziu o conceito de “imobilidade involuntária” para descrever os indivíduos que moravam em países com condições econômico-sociais ruins, que possuíam o desejo de migrar (aspiração), mas não havia a habilidade (capacidade) de o fazer (CARLING, 2002). Esse conceito pode ser estendido para aqueles indivíduos que já migraram, mas não possuem os recursos necessários para retornar ao local de origem.

De acordo com Haas (2021, p. 17), “a distinção sistemática entre a habilidade (ou capacidade) e a aspiração por migrar permite uma mais rica, variada e mais realista categorização da migração”. O autor cita, ainda, que esse modelo surgiu como alternativa ao modelo neoclássico *push-pull*, que se mostrou “inútil” para explicar as dinâmicas de migração observadas por ele. Por exemplo, ao estudar as dinâmicas de migração de Todgha Gorge, em Marrocos, o modelo *push-pull* mostrou-se inadequado, haja vista que as condições econômicas, sociais e políticas da região haviam melhorado se comparadas às décadas anteriores, mas mesmo assim a migração para cidades maiores de Marrocos e outros países permaneceu crescente (HAAS, 2021).

Ao utilizar o modelo em questão, Haas (2021) concluiu que as aspirações dos indivíduos deste local cresceram mais rapidamente que as condições gerais de vida. Com isso, ao comparar a qualidade de vida, as possibilidades de consumo e as perspectivas para o futuro, os indivíduos optavam por migrar. Alguns fatores foram determinantes nesse contexto, como: melhor educação; aumento de exposição a mídias; exemplos de migrantes que retornaram (HAAS, 2021).

Nessa conjuntura, as aspirações por migrar são uma função das oportunidades percebidas na estrutura geográfica pelo indivíduo e das aspirações gerais de vida das pessoas. Já as capacidades dependem de liberdades positivas (liberdade para) e negativas (liberdade de) (HAAS, 2021). Diferentemente do que é visto no modelo *push-pull*, as aspirações e capacidades por migrar introduzem aspectos mais subjetivos à decisão pela migração. Haas (2021) define essa característica do modelo da seguinte forma:

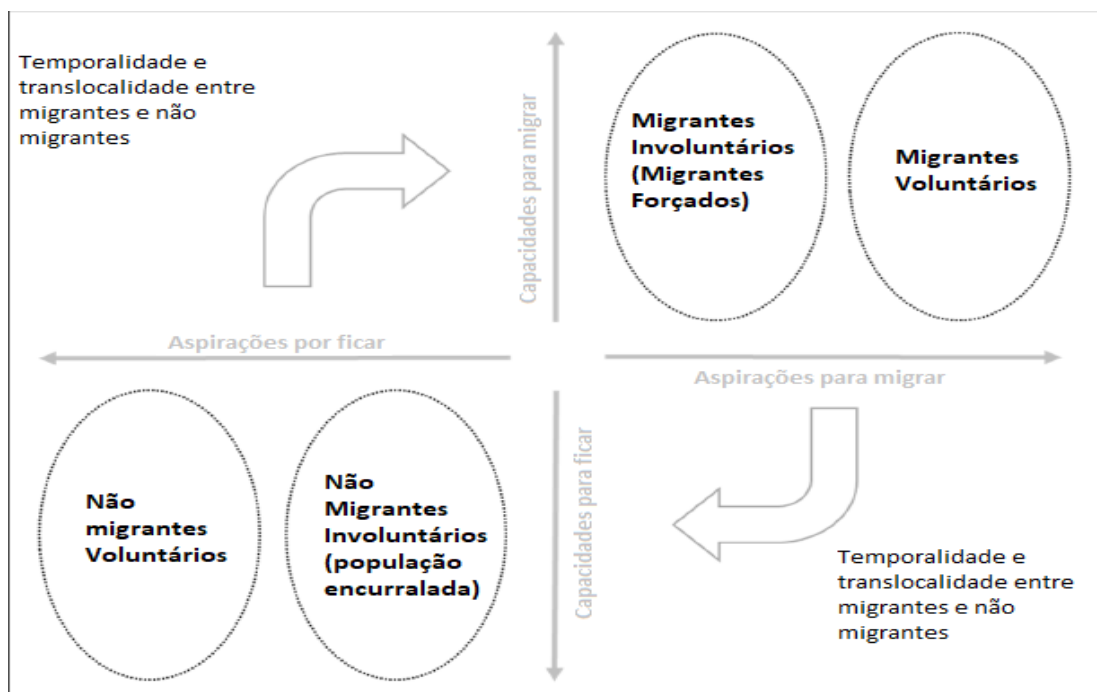
[...] as aspirações de migração refletem as preferências gerais de vida das pessoas, bem como suas percepções subjetivas sobre as oportunidades e a vida em outros lugares. Tanto a vida em geral quanto a migração específicas são, portanto, afetadas pela cultura, educação, disposição pessoal, identificação, informações e as imagens às quais as pessoas são expostas. (HAAS, 2021, p. 17).

Conceitualmente, aspiração e capacidades são diferentes, mas não são independentes. Um exemplo é a melhora da educação em áreas rurais, que aumenta a capacidade dos indivíduos, mas ao mesmo tempo amplia o conjunto de opções disponíveis, como a possibilidade de uma vida com maior perfil de consumo em áreas urbanas (HAAS, 2021). Além disso, a educação pode alterar as aspirações de jovens por migrar de diferentes maneiras, alterando a percepção relacionada à “capacidade por aspirar”, acreditando que as condições de vida melhores em outros lugares estão ao seu alcance (APPADURAI, 2004). Desta forma, ao aumentar as capacidades (educação), é possível alterar as aspirações dos indivíduos, ficando claro que os conceitos são dependentes.

No contexto da não migração ambiental, o modelo de aspiração e capacidade pode ser utilizado como um “sistema de coordenada” (MALLICK; SCHANZE, 2020, p. 2). Nesse sentido, é possível distinguir algumas características do processo de

decisão por não migrar empregando o modelo em questão. Para isso, é necessário alterar um pouco o quadro de análise proposto por esse modelo. Desta forma, em vez de utilizar “aspirações para ficar” e “capacidades para ficar”, utilizam-se “aspirações para migrar” e “capacidades de migrar”, respectivamente. A partir desta alteração, quatro cenários possíveis (Figura 2) são criados: a) migrantes não voluntários; b) não migrantes involuntários; c) migrantes não voluntários; d) migrantes forçados (MALLICK, 2020).

FIGURA 2 - Possíveis cenários de migração



Fonte: Mallick e Schanze (2020, p. 3).

A próxima seção abordará de forma mais específica o emprego do modelo aspiração e capacidade no contexto da não migração (ambiental).

2.5 VISÕES SOBRE NÃO MIGRAÇÃO AMBIENTAL

A não migração ambiental por muito tempo foi considerada o “inverso” da migração ou aqueles indivíduos que foram “deixados para trás” (MALLICK *et al.*, 2023). De acordo com Wiegel *et al.* (2021, p. 2), “o conceito de não migração entrou no meio acadêmico de estudos sobre migração ambiental primeiro como a

imobilidade involuntária daqueles que não tinham meios para se mover em face de desastres naturais em curso ou repentinos”.

Nesse sentido, as complexidades que cercam a decisão de não migrar foram negligenciadas por muito tempo pelo meio acadêmico (WIEGEL *et al.*, 2021). Recentemente, autores da área buscaram mostrar que o conceito é rico por si só e possui várias nuances. Para isso, analisaram as razões pela não migração, suas consequências e as experiências do fenômeno.

A maior parte da literatura sobre o tema aponta que o apego pelo lugar de origem é uma razão crítica para a não migração (ERICKSON *et al.*, 2018). Por conta de sua subjetividade, definir e entender as motivações para a não migração é um desafio empírico (MALLICK; SCHANZE, 2020). Para esse fim, é necessário descrever algumas estruturas e conceitos que empreguem, em algum nível, essa subjetividade. Nesse sentido, torna-se fundamental realizar o estudo sobre a influência da resiliência dos meios de subsistência dos domicílios de uma comunidade afetada por eventos climáticos extremos na decisão por permanecer no local de origem.

2.5.1 Resiliência dos meios de subsistência

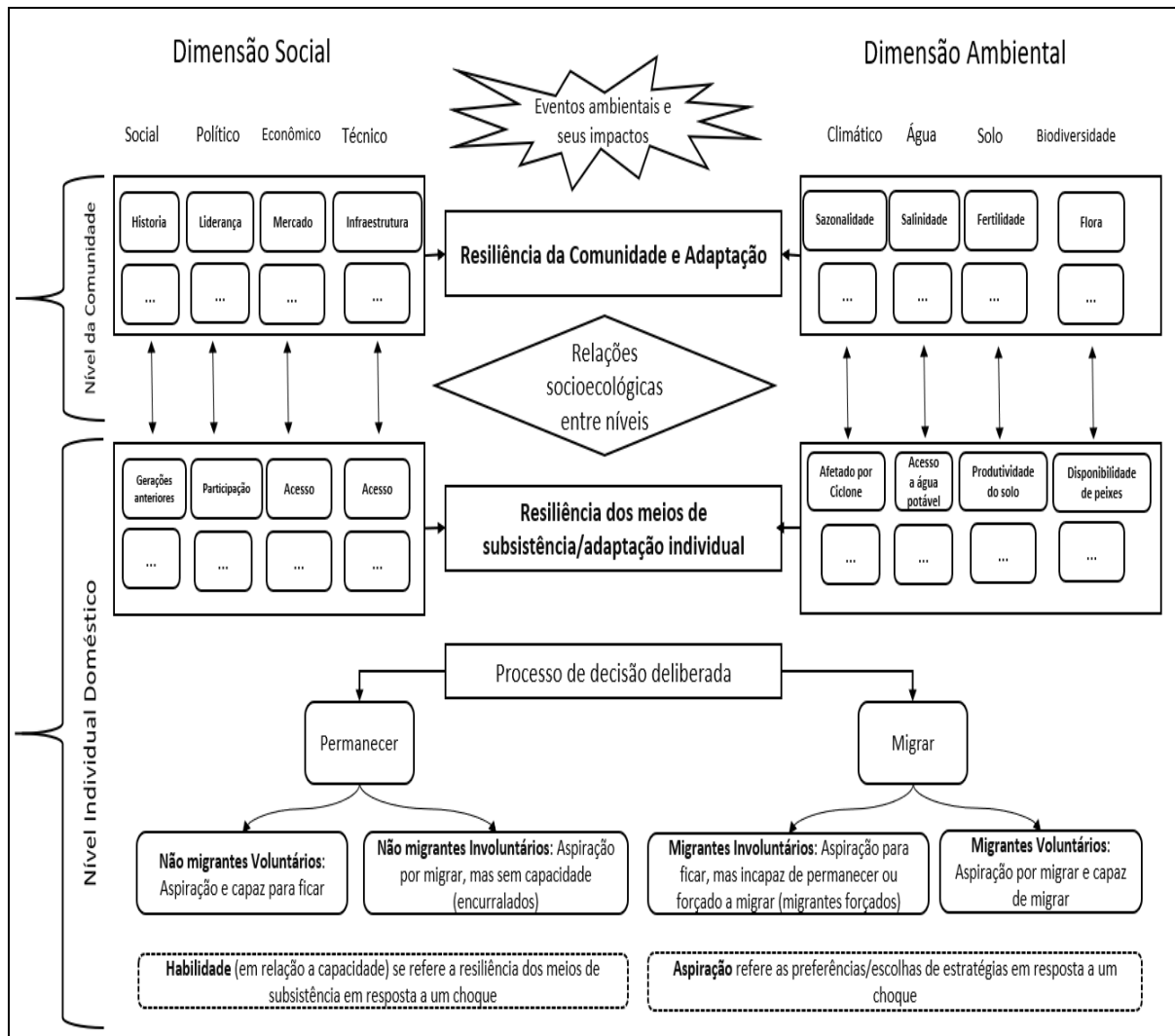
Usualmente, os indivíduos migram por conta do declínio de suas condições de vida individuais ou de suas comunidades. Isso significa que a migração acontece em um cenário de escassez de recursos (MALLICK *et al.*, 2023). Nesse sentido, a não migração pode ser entendida como a capacidade de indivíduos ou comunidades superarem a dificuldade imposta pela falta de recursos para a subsistência.

A fim de tornar o conceito mais objetivo, é indispensável empregar conceitos auxiliares, como vulnerabilidade, suscetibilidade, resiliência e capacidade adaptativa (MCLEMAN; HUNTER, 2010). A suscetibilidade está relacionada à propensão a sofrer danos causados por desastres naturais. Já a capacidade adaptativa descreve a qualidade de recuperar o estado inicial dos meios de subsistência após o estresse externo causado por fenômenos naturais (BLANCO-VOGT; SCHANZE, 2014). Já a resiliência é a habilidade do sistema de recuperar suas características e continuar se desenvolvendo após uma alteração (repentina) ou piora das condições estabelecidas (SCHANZE, 2016). Por último, a capacidade adaptativa, de modo geral, está relacionada à habilidade do sistema em alterar suas características para

mudar as circunstâncias visando a evolução deste (MALLICK *et al.*, 2023). Desta forma, a resiliência dos meios de subsistência pode ser entendida como “a capacidade de todas as pessoas, ao longo das gerações, de sustentar e melhorar as suas oportunidades de subsistência e bem-estar, apesar de perturbações econômicas, sociais e políticas” (TANNER *et al.*, 2015 apud MALLICK *et al.*, 2023).

Ao aplicar esses conceitos no contexto da não migração ambiental, os não migrantes que conseguem lidar com eventos estressantes podem ser considerados “resilientes” devido ao modo em que vivem, mesmo que sejam tão vulneráveis quanto os outros indivíduos (MALLICK *et al.*, 2023). Com a intenção de operacionalizar o conceito, Mallick *et al.* (2023) empregaram diferentes dimensões que afetam a resiliência dos meios de subsistência. A dimensão social envolve fatores sociais, econômicos, políticos e técnicos, enquanto a dimensão ambiental abrange o clima, a água, o solo e a biodiversidade do local (MALLICK *et al.*, 2023). Ambas as dimensões são afetadas por fatores específicos, como rede social, educação, apego ao local de origem, sazonalidade de fenômenos climáticos, salinização do solo, duração de estações do ano etc. A Figura 3 resume esses aspectos relacionados à decisão por (não) migrar de forma esquemática.

FIGURA 3 - Esquema analítico para a avaliação de decisões por não migrar.



Fonte: Mallick *et al.* (2023, tradução nossa).

Fica evidente com o esquema que a decisão por migrar ou não está relacionada ao declínio das condições preexistentes. Ao empregar essa análise, verifica-se a existência de múltiplos fatores que influenciam na decisão do indivíduo. Esses fatores podem induzir a decisão dos domicílios de forma individual ou conjunta. O autor defende que para empregar esse modelo no contexto de desastres naturais ou de mudanças climáticas, é imprescindível segmentar em três ângulos a observação: espacialmente, contextualmente e diferenciada temporalmente (MALLICK *et al.*, 2023). Dessa forma, é possível comparar diferentes comunidades, contextos e períodos de análise, proporcionando a avaliação das características dos domicílios que optaram por não migrar.

No esquema supracitado, há a incorporação do modelo de aspiração e capacidade por (não) migrar. De acordo com Mallick *et al.* (2023), “a decisão

deliberada por migrar ou não migrar ocorre além das condições existentes no nível da comunidade, dependendo, adicionalmente, da resiliência dos meios de subsistência e das estratégias adaptativas no nível domiciliar e individual”. Desta forma, a aspiração e capacidade por migrar frequentemente depende da situação econômica, política, social e ambiental, além dos obstáculos legais (CARLING; SCHEWEL, 2018; MALLICK; SCHANZE, 2020).

O resultado da inter-relação de todos esses aspectos é um dos quatro possíveis. Resultados relacionados à migração estão associados à resiliência e capacidade por migrar. O domicílio pode ser resiliente, mas o indivíduo pode escolher por migrar (aspiração) por ter meios (capacidade) para tal. Nesse caso, esse comportamento é adotado pelos denominados “migrantes voluntários”. Já o domicílio ou indivíduo que não possui os meios (capacidade) para exercer sua vontade (aspiração) para permanecer, seja essa incapacidade associada à resiliência dos seus meios de subsistência ou não, é denominado “migrante involuntário” ou “migrante forçado”.

Na maior parte dos casos, esses indivíduos são pobres em desvantagens sociais, sendo forçados a migrar em um contexto de desastre natural (BLACK; COLLYER, 2014; HUNTER *et al.*, 2015). Neste cenário, os domicílios que optam por não migrar são segmentados em dois grupos. O primeiro está relacionado aos domicílios que são resilientes aos desastres naturais, possuindo meios (capacidade) de superar as dificuldades impostas pelo ambiente e exercer seu anseio (aspiração) por permanecer no local, sendo estes denominados “não migrantes voluntários”. Em contrapartida, os domicílios que não possuem os meios (capacidade) para migrar em decorrência de estressores ambientais e possuem a vontade (aspiração) para tal, são denominados “não migrantes involuntários” ou “população presa” (BENNET *et al.*, 2019; ZICKGRAF, 2019).

QUADRO 1 – Exemplos de fatores e indicadores de resiliência de meios de subsistência de um domicílio individual e sua relevância para a não migração ambiental

Dimensão	Subdimensão	Fatores	Indicadores (exemplos)
Dimensões Sociais	Social	Apego ao lugar, conexão social, educação, gênero, cultura	Dependência dos vizinhos, contato com os líderes locais, taxa de alfabetismo, número de membros femininos, tamanho do domicílio etc.
	Econômico	Tipo de domicílio, riqueza e ativos	Fazendeiro, pescador, proprietário de terra etc.

	Político	Trustes, conflitos e coesão	Membro de instituto político, fé na decisão política local etc.
Dimensões Ambientais	Técnico Climático e Temperatura Água	Estrada, aterro, abrigos etc. Sazonalidade, verão, inverno. Salinidade, Stress da água, acesso à água potável.	Abrigos, natureza e uso de barragens. Chuva, temperatura, duração do verão, duração das monções. Acesso à água potável, proximidade a rios etc.
	Solo	Fertilidade do solo, assoreamento, produtividade da colheita	Frequência da produção de arroz por ano, intensidade de pesca de camarão etc.
	Biodiversidade	Colheitas cultivadas, animais criados, perda de biodiversidade	Decrescimento/Crescimento de peixes no rio, perda de produção, mudanças no padrão de colheita, criação de gado etc.

Fonte: Mallick, Priovashini e Schanze (2023, tradução nossa).

O Quadro 1 indica a maior parte dos aspectos relacionados às decisões possíveis no contexto de perturbação ambiental.

Para aumentar o arcabouço relacionado aos fatores econômicos associados à não migração ambiental, é necessário ir além daqueles que já foram citados na Quadro 1 e descrever suas particularidades. Assim, é possível compreender melhor as condições econômicas que fortalecem as comunidades em períodos de estresse ambiental, favorecendo a escolha pela não migração nesse cenário.

A diversificação das fontes de renda dos indivíduos é um dos principais fatores econômicos associados à não migração ambiental, à medida que os domicílios que possuem diferentes fontes de subsistência têm uma propensão menor a serem afetados por desastres ambientais, reduzindo a necessidade por migrar (ZICKGRAF, 2023). Logo, o desenvolvimento de empregos locais é fundamental para a diversificação das fontes de renda. Além disso, ao oferecer empregos alinhados com as habilidades e necessidades da população, há um incentivo para a redução da tendência por migrar.

O apoio a microempresas e à agricultura local é essencial para o fortalecimento dos pilares econômicos das comunidades que sofrem com desastres ambientais. Ao incentivar a agricultura sustentável e a promoção de pequenas empresas, a criação de novos empregos é viabilizada (ZICKGRAF, 2023). Esse apoio pode partir de incentivos relacionados à concessão de crédito. Com isso, a comunidade como um todo pode ficar mais bem preparada para eventuais choques

econômicos advindos de desastres ambientais. A promoção da agricultura local, ainda, fornece meios para melhorar a segurança alimentar da população, servindo de reforço à resiliência da comunidade.

Outra forma de tornar os domicílios mais resilientes a problemas ambientais é por meio do investimento na educação e na capacitação profissional. Ao realizar esses investimentos, as habilidades adquiridas pelos indivíduos podem ser utilizadas para promover uma adaptação na forma de produzir em face aos perigos decorrentes de infortúnios naturais (BISWAS; MALLICK, 2020). Isso pode ser essencial para a manutenção da comunidade.

Fica claro que a introdução de diversos fatores no estudo sobre o fenômeno enriquece a análise, mas a deixa com um grau de complexidade maior. Por conta disso, é necessário analisar os dados obtidos por meio de pesquisa empírica com certa parcimônia, haja vista que a complexidade imposta pelo fenômeno tende a comprometer a exatidão dos resultados. A próxima seção visa explicar os principais resultados obtidos por meio da observação empírica, observando a importância relativa dos diversos fatores na escolha por permanecer.

3 ESTUDO DE CASOS

Geralmente, a decisão por (não) migrar é influenciada por fatores econômicos, demográficos, ambientais, políticos e sociais. Assim sendo, torna-se importante, a fim de compreender o fenômeno da não migração, entender a relação e as interações entre esses diversos fatores. Para isso, descreveremos alguns estudos de casos que evidenciam essas interações, focando nossa análise nos fatores econômicos que contribuem para a não migração no contexto de desastres ambientais. Por ser um fenômeno multifacetado, inevitavelmente os fatores subjetivos associados à não migração ambiental ficarão evidentes nesses estudos de caso, sem prejuízo a análise sob a ótica econômica.

A importância de examinar esses fatores se dá à medida que algumas previsões extremas sugerem que nos próximos anos bilhões de pessoas se tornarão “refugiados climáticos”. No entanto, essas estimativas não são baseadas em estudos empíricos, sinalizando que todos que vivem em uma área vulnerável serão obrigados a se realocar (ZICKGRAF, 2023). Portanto, examinar os casos de sucesso pela não migração ambiental sob a ótica da economia, pode fornecer insumos para políticas públicas voltadas ao reforço da comunidade afetada por desastres.

Esses estudos de casos destacam a complexidade da não migração ambiental e os diversos fatores que influenciam a decisão por permanecer em áreas afetadas por desastres ambientais.

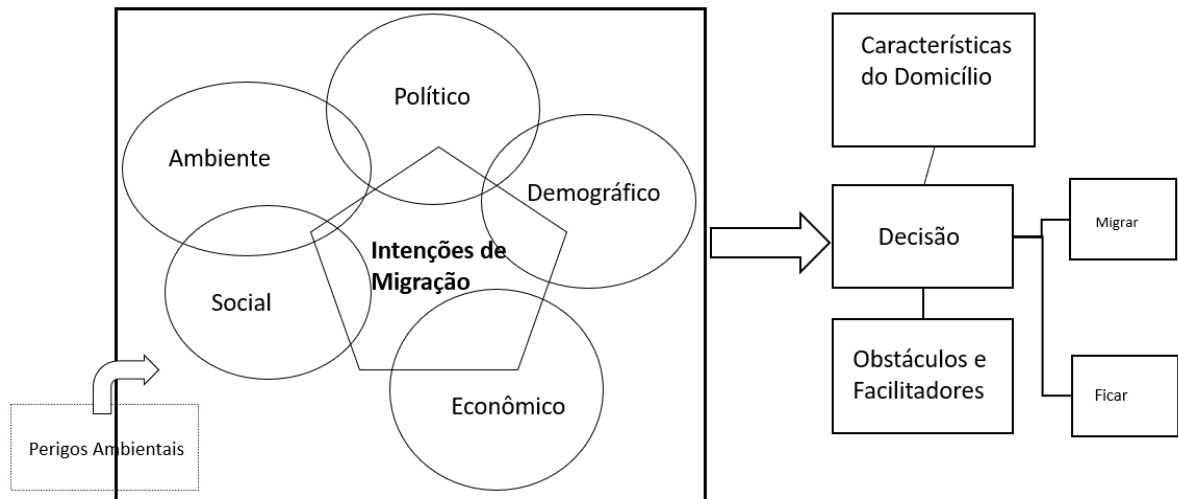
3.1 UMA ANÁLISE DOS IMPULSIONADORES DAS DECISÕES AMBIENTAIS NÃO MIGRATÓRIAS NA ÁFRICA

Esse artigo compilou diversos estudos que possuem relação com a não migração ambiental no continente Africano. A literatura sobre a não migração ambiental na África está em constante crescimento, com a maior parte dos artigos publicados na década passada (2011-2020), coincidindo com um período de intensificação dos desastres naturais ocorridos na região (BALGAH; KIMENCSI, 2022). Isso indica um aumento do interesse dos pesquisadores em entender as condições que levam os habitantes desta região a optarem pela não migração.

O texto levanta as variações locais referentes à quantidade de estudos sobre o tema. Nesse sentido, observa-se que os estudos sobre a não migração ambiental

se concentram em países como Gana, Tanzânia, Etiópia e Burkina Faso. Notavelmente, países como África do Sul e Quênia não são frequentemente citados nesses estudos, evidenciando a ausência de literatura sobre o tema em tais regiões (BALGAH; KIMENGI, 2022). Além disso, o artigo explora a influência dos múltiplos fatores associados à decisão pela (não) migração. Dentre esses fatores, incluem-se mudanças climáticas, como inundações, secas e degradação de terras, em conjunto com variáveis econômicas, sociais e demográficas (BUCHENRIEDER *et al.*, 2021; KHAN *et al.*, 2018; MALLICK *et al.*, 2020). A Figura 4 resume o esquema apresentado.

FIGURA 4 - Decisão por não migrar no contexto de mudanças ambientais



Fonte: Adaptado de Balgah e Kimengsi (2022, tradução nossa).

A relação entre os desastres ambientais e as decisões associadas à migração não são determinísticas, dependendo de características relacionadas à vulnerabilidade regional (PERCH-NIELSEN *et al.*, 2008). Isso indica que múltiplos fatores estressores estão diretamente relacionados à escolha por (não) migrar (BOKO *et al.*, 2007). Assim sendo, de acordo com Balgah e Kimengsi (2022, p. 03), “é evidenciada a necessidade de uma abordagem analítica holística na pesquisa sobre a não migração”.

Para chegar aos resultados de interesse, os autores utilizaram uma análise baseada na confiabilidade entre avaliadores (IRR). Por ter mais de uma variável envolvida, esse foi o melhor indicador, segundo os autores, para analisar o fenômeno de maneira holística. Esse indicador mede o grau de correlação entre os

avaliadores em relação a variáveis específicas (BALGAH; KIMENGSI, 2022). Essa abordagem foi utilizada para identificar os fatores determinantes mais fortes nas decisões por não migrar no contexto de perigos ambientais de todos os estudos utilizados.

A população dessas regiões está sujeita a diferentes estressores ambientais. Cerca 73% dos artigos analisados se concentram em uma ampla gama de estressores. Estes incluem problemas como secas e privação econômica em Burkina Faso e Etiópia, questões de alimentos e desigualdade de gênero em Gana, degradação de terras, falhas políticas e diversidade cultural em Benin, além de variabilidade na ocorrência de chuvas na Tanzânia (BALGAH; KIMENGSI, 2022).

Com base nos resultados obtidos por meio da análise de confiabilidade entre avaliadores (IRR), os autores concluíram que o apego ao local de origem, as conexões sociais, as obrigações sociais/familiares e os valores culturais influenciam de forma significativa a decisão pela não migração ambiental, com uma pontuação de IRR = 0,67 (BALGAH; KIMENGSI, 2022). Nesse sentido, fica evidente que a ligação com o local de origem, fator repetidamente colocado anteriormente, é muito relevante na decisão por não migrar.

Os fatores ambientais representam o segundo maior impulsionador (IRR = 0,48). Isso se dá, de acordo com Balgah e Kimensgi (2022, p. 11):

Pelo fato de que a maioria das pessoas afetadas por riscos ambientais vivem em áreas vulneráveis e de alto risco, nas quais eventos extremos são frequentes e repetitivos. A exposição constante desenvolve capacidades de enfrentamento, tornando a migração voluntária menos atraente, especialmente quando a ação coletiva e a solidariedade comunitária são componentes centrais da gestão de riscos, ou quando estratégias adaptativas, inovadoras e de enfrentamento são desenvolvidas pelas populações afetadas.

Portanto, as capacidades adaptativas desenvolvidas pelas populações de áreas extremas são notáveis na escolha pela não migração. Com isso, os fatores ambientais superam os fatores demográficos na hierarquia de relevância na decisão por não migrar.

Ao contrário do que a teoria neoclássica defende, os fatores econômicos, no caso dos artigos compilados deste estudo, não produzem efeitos relevantes na

decisão por não migrar no contexto de perigos ambientais, aparecendo em quarto lugar na hierarquia de relevância (IRR = 0,27). Isso indica a baixa tendência dos mais pobres em migrar, especialmente em condições de incerteza impostas pelo ambiente. Para esses domicílios mais vulneráveis, pode ser racional escolher por permanecer em suas regiões e buscar manter seus meios de subsistência frágeis, ao invés de se engajar em um processo migratório, repleto de incertezas (BALGAH; KIMENGSI, 2022). Dentre os elementos econômicos presentes na análise, destacam-se os seguintes: renda no período do desastre, impacto financeiro imposto pela tragédia, valor das colheitas e da pecuária, oportunidades de mercado e possibilidades de crédito.

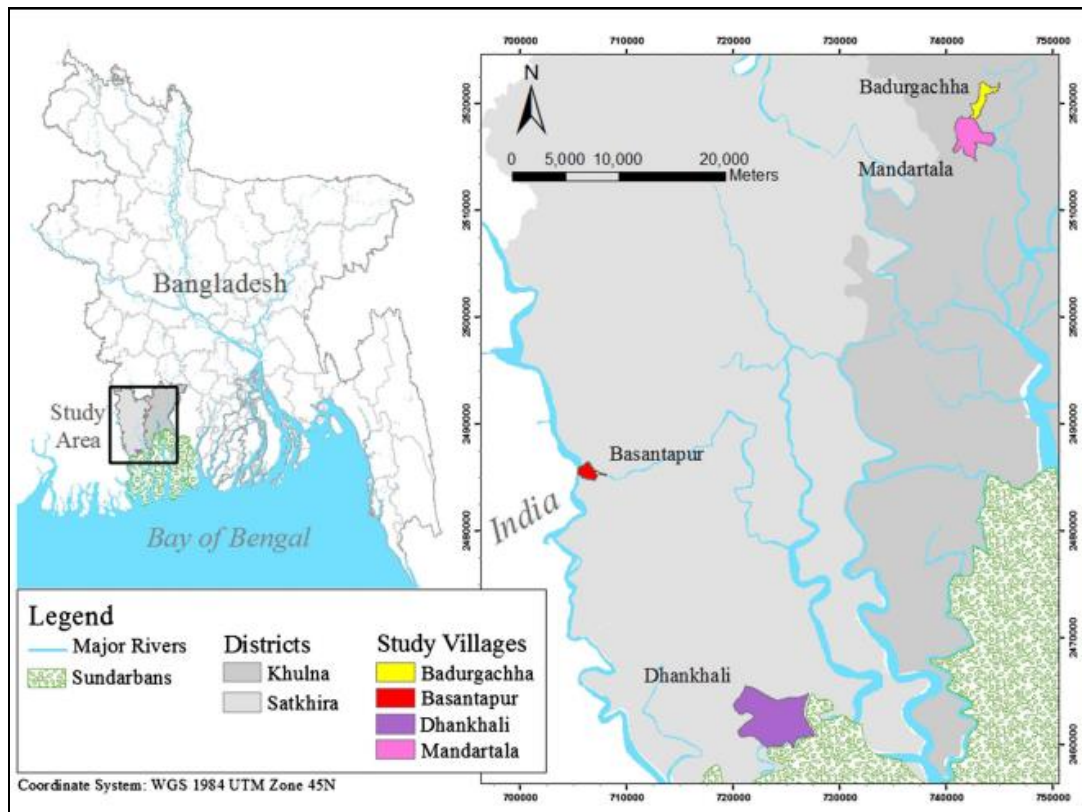
O último e menos relevante fator para a não migração foi o político, que obteve um IRR de 0,26. Essa “irrelevância” pode ser entendida pela baixa credibilidade das instituições políticas, principalmente àquelas ligadas ao gerenciamento de risco, devido a práticas de má governança, como corrupção e má condução de políticas de enfrentamento a desastres (MAKARA, 2018). Nesse cenário, as populações afetadas tendem a deixar de lado o pacote estatal de apoio em períodos conturbados, a despeito de estarem prontas para aproveitar apoios esporádicos (BUCHENRIEDER *et al.*, 2017).

É importante analisar os fatores econômicos e políticos em conjunto para uma análise mais rica, haja vista que ambos são interdependentes. De acordo com os autores (BALGAH, KIMENGSI, 2022, p. 11), “dada a relação íntima entre estabilidade política e crescimento socioeconômico sustentado, é lógico que a ausência de um afete o outro nas decisões de não migração”. Nesse sentido, evidências científicas indicam que governos com instituições fortes e com uma economia forte tendem a fornecer um maior auxílio no apoio a adaptação e resiliência de domicílios em eventos climáticos extremos, favorecendo a decisão por não migrar (ROGERSON, 2016; GRAHAM, 2020). Deste modo, o resultado obtido pelo artigo em questão é coerente, visto que os artigos compilados são de uma região com instituições políticas com baixa credibilidade e economias enfraquecidas.

3.2 EM PERIGO: DECISÕES DE NÃO MIGRAÇÃO DE PESSOAS EM RISCO DE AMEAÇAS COSTEIRAS DE DESENVOLVIMENTO LENTO EM BANGLADESH

Esse estudo foi realizado em regiões costeiras de Bangladesh, que passam por constantes perigos ambientais de início lento. Essas regiões estão destacadas na Figura 5. O objetivo é entender os principais fatores que favorecem a decisão pela não migração. Para isso, os autores se utilizam de algumas teorias, dentre elas a Teoria da Motivação para a Proteção (PMT). Essa teoria foi desenvolvida por Ronald W. Rogers em 1975 e tem como objetivo entender como as pessoas percebem e respondem a riscos e ameaças. A teoria é composta por quatro componentes principais: ameaça percebida, autoeficácia percebida, resposta esperada e custo percebido. Em resumo, a PMT analisa a percepção de risco dos indivíduos e a confiança destes em sua capacidade de se proteger (ROGERS, 1975).

FIGURA 5 - Área de estudo demonstrando proximidade com a floresta de manguezais de Sundarbans, rios e o Golfo de Bengala.



Fonte: Mallick *et al.* (2021).

No contexto do artigo, a PMT é utilizada para descrever os processos cognitivos que os indivíduos enfrentam ao serem submetidos a perigos ambientais, envolvendo a probabilidade e a gravidade das ameaças (riscos percebidos) e a

eficácia das respostas de enfrentamento. A PMT compreende duas técnicas: avaliação de riscos ambientais e avaliação de adaptação/resposta. Essas técnicas resultam na escolha de estratégias adaptativas, que são influenciadas pelas experiências e recursos dos indivíduos (MALLICK; ROGERS; SULTANA, 2021). As percepções de risco influenciam a decisão de migração ou não migração em resposta a eventos ambientais extremos ou contínuos. Essas percepções desempenham um papel fundamental nas decisões desta região. O estudo explora as dimensões ambientais, econômicas e sociais com base na PMT (MALLICK *et al.*, 2021).

A metodologia utilizada no estudo consistiu em realizar entrevistas com domicílios previamente selecionados. Os autores escolheram critérios geográficos, socioeconômicos e históricos para selecionarem quatro vilas da região costeira de Bangladesh. Foram entrevistadas 200 famílias, que possuíam propriedade com menos de 2 hectares e indivíduos de 18 anos com capacidade de responder às perguntas. O local escolhido sofre com a salinização crescente do solo e da água, devido principalmente às más práticas agrícolas empregadas na região. Além disso, a área é propensa a sofrer com ciclones constantes, que causam dificuldades significativas aos meios de subsistência dos habitantes (MALLICK *et al.*, 2021).

O questionário utilizado compreende diversas áreas, como informações demográficas, intenções de migração, infraestrutura, riscos ambientais e condições socioeconômicas. Ademais, os autores calcularam a percepção dos riscos dos participantes em relação a eventos ambientais com base em três perspectivas: a gravidade percebida, a vulnerabilidade percebida e a experiência de risco. As duas primeiras foram medidas em uma escala de 0 a 2, na qual 0 significa diminuição na percepção de risco, 1 significa neutralidade e 2 significa aumento. Já a última perspectiva (experiência de risco) foi medida de uma escala de 0 a 20, já que essa perspectiva objetiva descrever quantos eventos ambientais aquele indivíduo vivenciou.

Para analisar os fatores determinantes que reforçavam as intenções pela permanência no local, os autores selecionaram opções de respostas ao questionário, como redes sociais/familiares, posse de terras e estabilidade econômica do domicílio (MALLICK *et al.*, 2021). Variáveis cognitivas associadas à teoria PMT foram utilizadas como variáveis independentes, ao passo que as variáveis socioeconômicas foram utilizadas como variáveis de controle.

A fim de tornar mais rica a análise, os autores descreveram as características demográficas da população estudada. A idade média dos entrevistados é de 49,3 anos, com cerca de 2,3 membros do sexo feminino por domicílio e 4,7 membros ao total. A alfabetização de adultos é de 76%, com a renda média variando entre as quatro regiões. A maior parte da população (60,5%) vive em sua comunidade desde antes de seus avós (MALLICK *et al.*, 2021).

Com relação aos resultados obtidos pelos pesquisadores, a decisão por não migrar é fortemente influenciada pela propriedade de terras e as oportunidades agrícolas existentes (41,5%) nas regiões em questão, seguida pela herança de terras e forte laços/conexões sociais locais (27,5%) (MALLICK *et al.*, 2021). A força econômica da região aparece em terceiro lugar na hierarquia dos principais fatores associados à não migração. Os resultados diferem de maneira sutil entre as aldeias, com os indivíduos de Badhurgacha e Basantapur tendo preferência pelas conexões sociais e os indivíduos de Mandartola favorecendo a força da riqueza e do capital como fator determinante pela não migração (MALLICK *et al.*, 2021).

A interação entre diversas variáveis gerou os resultados previamente obtidos. Nesse sentido, o nível de escolaridade, a idade e a presença do sexo feminino no domicílio desempenham papéis relevantes na escolha por “conexão social” e “força econômica” como principais fatores para a não migração (MALLICK *et al.*, 2021). A escolha pela “força econômica” como principal razão pela não migração é evidenciada nas respostas obtidas pelos indivíduos com renda mais alta. Já o determinante “herança e propriedade de terras” é o único não afetado de forma significativa por variáveis demográficas (MALLICK *et al.*, 2021).

No que se refere à percepção de risco dos entrevistados e à sua capacidade de adaptação frente ao aumento dos eventos climáticos em curso, como a salinização do solo e da água, os resultados demonstram que a maioria dos habitantes dessas aldeias estão cientes sobre a deterioração das condições ambientais existentes, mas acreditam que possuem capacidade de sobreviver a esses eventos. Além disso, a autoeficácia, ou seja, a crença na capacidade de sobreviver apesar das ameaças às formas de subsistência devido a mudanças ambientais, também desempenha um papel importante na escolha das redes sociais como motivo de não migração. Os entrevistados, em média, vivenciaram oito eventos desta natureza nos últimos cinco anos. A maioria dos respondentes acreditam que essas condições não afetaram de maneira significativa as condições

de subsistência (MALLICK *et al.*, 2021). Nesse sentido, a junção entre os determinantes socioeconômicos e a percepção de capacidade de sobrevivência resulta na decisão pela não migração.

Em resumo, o estudo revela três principais razões para as pessoas optarem por não migrar: herança e propriedade de terras, força de suas redes sociais e influência pessoal e força econômica. Essas razões estão relacionadas ao conceito de apego ao local. A herança e a propriedade de terras têm uma influência significativa em todas as categorias demográficas. A análise sugere que as pessoas que permanecem nas comunidades exploram os recursos locais, como a pesca e a agricultura, enquanto aqueles que migram apoiam as comunidades locais por meio do envio de remessas. Ademais, fatores como a percepção da severidade da ameaça, autoeficácia e custos da resposta desempenham papéis importantes nas decisões de não migração. O estudo oferece insights valiosos sobre como as pessoas enfrentam as ameaças ambientais de início lento e destaca a importância do contexto social, econômico e cultural em suas decisões de permanecer em seus locais de origem (MALLICK *et al.*, 2021).

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA NÃO MIGRAÇÃO AMBIENTAL

Por ser um fenômeno complexo, a formulação de políticas públicas adequadas ao tratamento da não migração ambiental é necessário. Isso é evidente à medida que a maioria daqueles afetados por eventos ambientais extremos opta por permanecer no local de origem. No geral, os não migrantes ambientais se dividem em dois subgrupos: voluntários e não voluntários. O primeiro grupo prefere permanecer, mesmo quando confrontado com ameaças ambientais. Já o segundo acaba por permanecer no local por falta de recursos para se engajar na migração. Conhecer a necessidade de ambos os grupos é fundamental para a confecção de políticas públicas apropriadas (ADAMS, 2016).

Os não migrantes voluntários são, muitas vezes, negligenciados nas políticas de adaptação às mudanças climáticas. É importante, a fim de resguardar os interesses desses indivíduos, compreender suas necessidades e preferências (CARLING, 2002). A decisão do não migrante voluntário perpassa por diversos fatores, como: resiliência do domicílio, recursos financeiros, redes sociais, aprendizado intergeracional e educação (NASER; MALLICK; PRIODARSHINI *et al.*,

2023). Não menos importante, os não migrantes involuntários também devem ser objeto de pesquisa visando à formulação de políticas públicas que visem à minimização dos efeitos adversos da decisão por permanecer em um local com perigos ambientais. Além disso, é importante destacar que existe a possibilidade da ocorrência de eventos ambientais que impossibilitem a opção pela não migração, como a elevação do nível do mar observado no Pacífico Sul, o que levou ao desaparecimento de ilhas na região (ALBERT; LEON; GRINHAM; WOODROFFE *et al.*, 2016). Nesse sentido, os formuladores de políticas públicas devem observar as demandas de cada região.

A proteção não deve se limitar apenas às pessoas que optam por se mover, mas também às que optam por permanecer em áreas vulneráveis. Isso é fundamental para abordar a vulnerabilidade das pessoas, suas escolhas e sua capacidade de adaptação, independentemente do resultado da migração. Portanto, as políticas devem levar em consideração todo o espectro de tomada de decisão de migração em áreas vulneráveis para evitar deixar para trás a maioria das pessoas que opta por permanecer nesses locais (NASER *et al.*, 2023).

As respostas políticas devem abordar a não migração ambiental de maneira holística, levando em consideração as preocupações das pessoas que optam por permanecer em áreas vulneráveis, apesar das condições ambientais em deterioração. É necessário desenvolver políticas orientadoras que considerem os desejos, as condições materiais e as capacidades dos não migrantes para facilitar a adaptação e aumentar sua resiliência em seus locais de origem (MARTIN *et al.*, 2017).

As políticas globais relacionadas ao tratamento do fenômeno da não migração ambiental destaca duas abordagens, que englobam os não migrantes voluntários e involuntários. Naser *et al.* (2023) destacam a importância da adaptação às mudanças ambientais, evidenciando a necessidade de capacitar as pessoas que vivem em áreas vulneráveis para aumentar sua resiliência. Isso envolve o desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, abrigo e acesso à água potável (SMIT, 2001).

O artigo em questão ressalta a importância dos organismos e convenções internacionais na formulação de políticas de adaptação. Nesse sentido, os autores destacam a importância da Cúpula de Cancun, que reconheceu a importância da mobilidade humana na resposta às mudanças climáticas. A adaptação é vista como

um meio de fortalecer o desenvolvimento sustentável e a resiliência. Além disso, a migração é considerada uma estratégia de adaptação, permitindo que os migrantes ganhem renda e enviem remessas para suas famílias, melhorando a segurança alimentar dos indivíduos que permanecem (SIDDIQUI, 2005).

Não apenas políticas internacionais são necessárias para o fortalecimento daqueles que optam por permanecer, como também políticas nacionais que buscam fortalecer a adaptação e a resiliência das pessoas em áreas de risco, incluindo diretrizes de deslocamento no contexto das mudanças climáticas. Um país que se destacou nesse contexto foi Fiji, que estabeleceu diretrizes que visam a evitar deslocamento e fortalecer a resiliência nas fases de pré-deslocamento, deslocamento e pós-deslocamento (NASER *et al.*, 2023). Outros países contribuíram nessa perspectiva, como Chade, República do Sudão, Nigéria e Sri Lanka. Essas contribuições mencionam medidas de adaptação que visam a permitir que as pessoas permaneçam em seus locais de origem, incluindo o fortalecimento da infraestrutura rural e a criação de empregos para desencorajar a migração (NASER *et al.*, 2023).

Além disso, o estudo destaca que os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) apresentados sob o Quadro de Adaptação de Cancun (CAF) estão incorporando cada vez mais a mobilidade humana em suas estratégias de adaptação. Esses planos buscam reduzir os efeitos dos eventos ambientais nas comunidades, diminuindo a necessidade de migração e evitando o deslocamento, ao mesmo tempo que reconhecem a importância da realocação planejada e da facilitação da migração como estratégias adaptativas (NASER *et al.*, 2023).

O estudo finaliza destacando que as respostas nacionais estão adotando medidas para fortalecer a resiliência de comunidades vulneráveis às mudanças climáticas e que essas políticas podem servir de exemplo para outros países vulneráveis. Além disso, destaca a importância do Grupo de Trabalho sobre Deslocamento na elaboração de diretrizes para integrar essa abordagem em outras políticas, como migração, redução de riscos de desastres e desenvolvimento sustentável, e a necessidade de assistência técnica e financeira internacional para países em desenvolvimento na implementação de programas de adaptação (MASSEY; ARANGO; HUGO *et al.*, 1999). O artigo também destaca o potencial da abordagem baseada em direitos humanos para proteger os direitos dos não

migrantes, incluindo o direito de permanecer, liberdade de escolha e movimento, transparência e participação efetiva das comunidades afetadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante a necessidade de compreender os motivos que levam indivíduos a permanecer em locais sujeitos a perigos ambientais constantes, esta monografia buscou contribuir com o entendimento dos fatores que motivam essa decisão, destacando a complexidade do ambiente em que é tomada a decisão, com enfoque no aspecto econômico. Foi constatado, ao contrário do que era previsto, aspectos subjetivos como apego ao local, percepção de riscos e cultura desempenham um papel predominante na decisão por não migrar. Desta forma, buscou-se realizar uma análise multidisciplinar do fenômeno, a fim de não a tornar enviesada para algum determinante em específico.

O objetivo geral deste trabalho foi realizar uma análise abrangente dos fatores mais importantes na escolha por não migrar em um contexto de degradação dos meios de subsistência. A metodologia utilizada foi a análise de estudos de caso de diferentes regiões sobre o tema, com a intenção de tornar mais rica a investigação sobre os fatores promotores associados à não migração. Os resultados obtidos nesses estudos sugerem que o fenômeno da não migração ambiental é influenciado por fatores socioeconômicos, psicológicos e culturais. A abordagem sobre o tema, todavia, é dificultada por conta de sua recente introdução nos estudos sobre realocação em contextos de eventos climáticos extremos. Além disso, o fenômeno, como a análise empírica sugere, é influenciado por muitos fatores subjetivos, comprometendo a exatidão dos resultados obtidos.

Apesar de o fenômeno ocorrer em países considerados desenvolvidos, a literatura limitada sobre o tema nessas regiões restringiu a análise aos países citados no trabalho. No entanto, a literatura sobre o tema vem crescendo de forma contínua, colaborando para a análise da não migração ambiental em diversas regiões. O estudo sobre o tema pode ser considerado importante e necessário no contexto brasileiro, haja vista os eventos climáticos extremos vivenciados neste ano, como os ciclones extratropicais ocorridos na região sul do país, os quais demandaram esforços do Poder Público no atendimento às necessidades das populações dos locais atingidos.

Diante da relevância do fenômeno, destaca-se a necessidade de políticas públicas que considerem as preferências, as condições materiais e as capacidades dos não migrantes, com ênfase na importância da adaptação às mudanças

ambientais. Nesse sentido, as políticas públicas relacionadas à não migração ambiental devem ser holísticas, sensíveis ao contexto local e baseadas em direitos humanos para garantir a proteção e a resiliência das comunidades vulneráveis às mudanças climáticas.

Por fim, é notório que o tema possui um amplo espaço para novos estudos, tanto no contexto nacional quanto no contexto internacional. Para isso, é necessário a colaboração entre diversas áreas do conhecimento, por se tratar de um tema multidisciplinar. Com a escalada dos eventos climáticos extremos, a não migração ambiental tende a ganhar importância no desenho de políticas públicas voltadas à mitigação das consequências desses episódios, tornando necessário o aumento das pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, H. Why populations persist: mobility, place attachment and climate change. **Popul. Environ.**, n. 37, p. 429-448, 2016.
- ALBERT, S.; LEON, J.; GRINHAM, A.; WOODROFFE, C. *et al.* Interactions between sea-level rise and wave exposure on reef island dynamics in the Solomon Islands. **Environmental Research Letters**. Australia: 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/302067468> Interactions between sea-level rise and wave exposure on reef island dynamics in the Solomon Islands Acesso em: 18 novembro 2023.
- BAKEWELL, O.; JÓNSSON, G. Theory and the study of migration in Africa. **J. Intercult. Stud.**, n. 34, p. 477-485, 2013.
- BALGAH, R.A.; KIMENGSI, J.N. A review of drivers of environmental non-migration decisions in Africa. **Reg Environ Change**, v. 22, n. 125, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10113-022-01970-8>. Acesso em: 17 julho 2023.
- BENNETT, K.A.; BILAK, N.; BULLOCK, L. *et al.* **Global report on internal displacement**. Geneva: Internal Displacement Monitoring Center (IDMC), 2017. Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/global-report/grid2017/pdfs/2017-GRID.pdf>. Acesso em: 15 junho 2023.
- BISWAS, B.; MALLICK, B. Livelihood diversification as key to long-term non-migration: evidences from Coastal Bangladesh. **Environment, Development and Sustainability**, Forthcoming, 2020.
- BLACK, R.; ADGER, W.N.; ARNELL, N.W. *et al.* The effect of environmental change on human migration. **Glob Environ Chang**, n. 21(Supplement 1), p. S3-S11, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.10.001>. Acesso em: 02 setembro 2023.
- BLACK, R.; COLLYER, M. 'Trapped' populations: limits on mobility at times of crisis. *In*: MARTIN, S.F.; WEERASINGHE, S.; TAYLOR, A. (eds.). **Humanitarian crises and migration**. London: Routledge, 2014. p. 287-305.
- BLANCO, C. **Las migraciones contemporáneas**. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- BLANCO-VOGT, A.; SCHANZE, J. Assessment of the physical flood susceptibility of buildings on a large scale-conceptual and methodological frameworks. **Nat Hazard Earth Syst Sci**, v. 14, n. 8, p. 2105-2117, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5194/nhess-14-2105-2014>. Acesso em: 30 maio 2023.
- BLAUG, M. A Metodologia da Economia 1 edição. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 1999.
- BLONDIN, S. Staying despite disaster risks: place attachment, voluntary immobility and adaptation in Tajikistan's Pamir Mountains. **Geoforum**, n. 126, p. 290-301, 2021.

Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.08.009>. Acesso em: 05 outubro 2023

CARLING, J. R. Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences. **J. Ethn. Migr. Stud.**, n. 28, p. 5-42, 2002.

CARLING, J.; SCHEWEL, K. Revisiting aspiration and ability in international migration. **J. Ethn. Migr. Stud.**, n. 44, p. 945-963, 2018.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. **IDS Discussion Paper**, 1992.

ERICKSON, L.D.; SANDERS, S.R.; COPE, M.R. Lifetime stayers in urban, rural, and highly rural communities in Montana. **Popul Space Place**, v. 24, n. 4, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/psp.2133>. Acesso em: 30 maio 2023.

FAO. **Glossary, tools for designing, monitoring and evaluating**. 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/in-action/herramienta-administracion-tierras/glossary/s/en/>. Acesso em: 30 maio 2023.

FERNANDO, N.; WARNER, K.; BIRKMANN, J. Migration and natural hazards: is Foresight. **Foresight: migration and global environmental change**. London: The Government Office for Science, 2011. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/287717/11-1116-migration-andglobal-environmentalchange.pdf. Acesso em: 17 setembro 2023.

FERREIRA, M.; CARDIN, E.; “Perspectivas teóricas para o estudo das migrações”, **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/03/estudo-migracoes.html> Acesso em: 18 novembro 2023.

GLOBAL REPORT ON INTERNAL DISPLACEMENT. Geneva: Internal Displacement Monitoring Center (IDMC), 2017. Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/global-report/grid2017/pdfs/2017-GRID.pdf>. Acesso em: 02 outubro 2023.

HAMILTON, L.C.; SAITO, K.; LORING, P.A. *et al.* Climigration? Population and climate change in Arctic Alaska. **Popul Environ**, n. 38, p. 115-133, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11111-016-0259-6> Acesso em: 15 outubro 2023.

HAAS, H. **A theory of migration: the aspirationscapabilities framework**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40878-020-00210-4> https://doi.org/10.1007/978-3-642-12416-7_11. Acesso em: 02 setembro 2023.

HUNTER, L.M.; LUNA, J.K.; NORTON, R.M. Environmental dimensions of migration. **Annual Review of Sociology**, n. 41, p. 1-21, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurevsoc-073014-112223>. Acesso em: 10 setembro 2023.

IDEMUDIA, E.; BOEHNKE, K. Psychological experiences of African migrants in six European countries. *In: A mixed method study*. Cham Switzerland: Springer Nature, 2020. Social Indicators Series. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/41291>. Acesso em: 30 setembro 2023.

JÓNSSON, G. The environmental factor in migration dynamics - a review of African case studies. *In: IMI Working papers 21*. Oxford: International Migration Institute, 2010. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:cece31bd-0118-4481-acc2-e9ca05f9a763>. Acesso em: 15 junho 2023.

LEE, E.S. A theory of migration. *Demography*, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

MALLICK, B.; SCHANZE, J. Trapped or voluntary? Non-migration despite climate risks sustain. *Sustainability*, n. 12, p. 4718, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12114718>. Acesso em: 20 outubro 2023.

MALLICK B, SULTANA Z, BENNETT CM (2020) How do sustainable livelihoods influence environmental (non-) migration aspirations? Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apgeoq.2020.102328> Acesso em: 15 abril 2023.

MALLICK, B. (2019). The Nexus between socio-ecological system, livelihood resilience, and migration decisions: Empirical evidence from Bangladesh. *Sustainability*, 11, 3332. Acesso em: 20 abril 2023.

MALLICK, B. Environmental non-migration: analysis of drivers, factors, and their significance. *World Dev. Perspect.* 29, 100475 (2023). Acesso em: 20 maio 2023.

MARTIN, M.; KANG, Y.H.; BILLAH, M. *et al.* Climateinfluenced migration in Bangladesh: the need for a policy realignment. *Dev PolicyRev.*, n. 35, p. O357-O379, 2017.

MASSEY, D.S.; ARANGO, J.; HUGO, G. *et al.* **Worlds in motion**: understanding international migration at the end of the millennium. Oxford: Clarendon Press, 1999.

MASSEY, D.S.; ARANGO, J.; HUGO, G. *et al.* Theories of international migration: a review and appraisal. *In: MESSINA, A.M.; LAHAV, G. (orgs.). The migration reader*. Exploring politics and policies. London: Lynne Reinner Publishers, 2006. p. 34-62.

MCLEMAN, R. Thresholds in climate migration. *Population and Environment*, n. 39, p. 319-338, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11111-017-0290-2>. Acesso em: 30 setembro 2023.

MELLANDER, C.; FLORIDA, R.; STOLARICK, K. Here to stay – the effects of community satisfaction on the decision to stay. *Spatial Econ Analy*, v. 6, n. 1, p. 5-24, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17421772.2010.540031>. Acesso em: 07 junho 2023.

NASER, M.; MALLICK, B.; PRIODARSHINI, R. **Policy challenges and responses to environmental non-migration**. 2023. Disponível em:

<https://www.nature.com/articles/s44168-023-00033-w>. Acesso em: 10 agosto 2023.

NOLASCO, C. **Migrações internacionais: conceitos, tipologias e teorias**. Coimbra: OFICINA DO CES, 2016.

PEIXOTO, J. As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. **Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intraorganizacional**. Lisboa.1998.

PEMBERTON, S.; FURLONG, B.T.; SCANLAN, O. *et al.* 'Staying' as climate change adaptation strategy: a proposed research agenda. **Geoforum**, n. 121, p. 192-196, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.02.004>. Acesso em: 19 junho 2023.

PETERSEN, W. A general typology of migration. **American Sociological Review**, v. 23, n. 3, p. 256-266, 1958.

PIGUET, E. Theories of voluntary and forced migration. *In*: MCLEMAN, R.; GEMENNE, F. (eds.). **Routledge handbook of environmental displacement and migration**. Abingdon & New York: Routledge, 2018. p. 17-28.

RAVENSTEIN, E.G. The laws of migrations. **Journal of the Statistical Society of London**, v. 48, n. 2, p. 167-235, 1885.

RENAUD, F.G.; DUN, O.; WARNER, K. *et al.* A decision framework for environmentally induced migration. **International Migration**, n. 49p. p. e5-e29, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2010.00678.x>. Acesso em: 10 julho 2023

RIGAUD, K.K.; DE SHERBININ, A.M.; JONES, B. *et al.* **Groundswell: preparing for internal climate migration**, 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29461>. Acesso em: 30 setembro 2023

SMIT, B. *et al.* Adaptation to climate change in the context of sustainable development and equity. *In*: (MCCARTHY, J.J.; CANZIANI, O.; LEARY, N.A. *et al.* (eds.). **Climate Change 2001: impacts, adaptation and vulnerability**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 877-912.

SENGUPTA, A.; SAMANTA, G. Understanding immobility of a highly vulnerable coastal village in the Indian Sundarban. **Reg Environ Change**, n. 22, p. 90, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10113-022-01931-1>. Acesso em: 18 outubro 2023

SERRAT, O. The sustainable livelihoods approach. *In*: **Knowledge solutions**. Singapore: Springer Singapore, 2017. p. 21-26. Disponível em: <http://www.fao.org/in-action/herramienta-administracion-tierras/glossary/s/en/>. Acesso em: 19 outubro 2023.

SIDDIQUI, T. International migration as a livelihood strategy of the poor: the Bangladesh case. *In*: SIDDIQUI, T. **Migration and development: pro-poor policy choices**. Dhaka/Bangladesh: The University Press, 2005.

TANNER, T.; LEWIS, D.; WRATHALL, D. *et al.* Livelihood resilience in the face of climate change. **Nature Clim Change**, n. 5, p. 23-26, 2015.
<https://doi.org/10.1038/nclimate2431>

TIEBOUT, C.M. A pure theory of local expenditures. **Journ Polit Econ**, v. 64, n. 2, p. 416-424, 1956. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/257839>. Acesso em: 20 setembro 2023

TRIPATHY, F.B.; ADAMS, H.; BOAS, I. *et al.* Gendered (im)mobility: emotional decisions of staying in the context of climate risks in Bangladesh. **Reg Environ Change**, n. 22, p. 123, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10113-022-01974-4>. Acesso em: 02 outubro 2023.

UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UNDESA). **International migration report 2015: highlights (ST/ESA/SER.A/375)**. 2016. Population Division. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf. Acesso em: 30 setembro 2023.

UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UNDESA). **International migration report 2017: highlights (ST/ESA/SER.A/404)**. 2017. Population Division. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf. Acesso em: 17 julho 2023.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **Opportunities and options for enhancing adaptation planning in relation to vulnerable ecosystems, communities and groups - technical report**. Bonn, Germany: UNFCCC, 2018.

WIEGEL, H.; WARNER, J.; BOAS, I. *et al.* Safe from what? Understanding environmental non-migration in Chilean Patagonia through ontological security and risk perceptions. **Reg Environ Chang**, v. 21, n. 43, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10113-021-01765-3>. Acesso em: 23 agosto 2023.

ZICKGRAF, C. Immobility. *In*: GEMENNE, F.; MCLEMAN, R. **Routledge handbook of environmental displacement and migration**. London: Routledge, 2018. p. 71-84.

ZICKGRAF, C. **Where are all the climate migrants? Explaining Immobility amid Environmental Change**. 2023. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/climate-change-trapped-populations>. Acesso em: 09 outubro 2023.